

Banqueiro vê muitas vantagens

O acordo brasileiro tem várias vantagens em relação aos de outros países, afirma Alcides Amaral, do Citibank. A primeira é que foi finalizado em um momento de baixa dos juros internacionais. O México, por exemplo, pagará 6,25% de juros ao ano a partir do sétimo ano do empréstimo, enquanto o Brasil pagará 6%. Outra vantagem, inédita, é que o País não precisará pagar todo o valor da garantia de uma só vez. Será preciso arcar com metade dos US\$ 3,2 bilhões iniciais, mas o valor restante, talvez US\$ 1 bilhão ou US\$ 2 bilhões, será pago em dois anos.

Até o final do mês, deve ser redigida uma minuta. (term sheet) com os pontos básicos do acordo, que será submetida ao Senado. Depois de aprovada, será apresentada em diversos centros financeiros, para que os bancos conheçam seus termos e escolham, em 60 ou 90 dias, entre as seis formas de pagamento oferecidas.

A preferência deve se dividir entre os bônus com redução e os bônus ao par, explica Amaral, uma vez que esses papéis serão garantidos por títulos do Tesouro americano, dentro da política do Plano Brady. "O credor prefere abrir mão de 35% mas garantir o principal", afirma. No caso dos bônus com redução, o País emite um título de 65% do valor da dívida e compra títulos do Tesouro dos EUA para garanti-los. Em 30 anos, o rendimento dos títulos da garantia cobrirá o valor do principal da dívida. "Isso reduz o valor que o País precisará gastar em garantias", afirma Amaral. No bônus ao par, o Brasil emite um título sem redução, mas paga juros fixos, de até 6% ao ano. A redução da dívida, no caso, se dará pela taxa de juros mais baixa que a do mercado internacional. "Se o governo dos EUA voltar a elevar os juros para 9% ao ano, por exemplo, o País continuará pagando 6% ao ano", explica.